

Scott McQuire



The Media City



A Casa Estranhada¹

Haverá uma estrada. Ela não conectará dois pontos. Ela conectará todos os pontos. Seu limite de velocidade será a velocidade da luz. Ela não irá daqui até lá. Não haverá mais lá. Estaremos todos somente aqui.

(Comercial de TV, 1993)

O sonho de um mundo-espaco completamente fluido e transponível pode ser a última utopia do século XX.

(Multiplicity. 2005)i

A casa construída por Gates

Em meados da década de 1990, quando o mercado da internet cresceu em velocidade avassaladora, circularam notícias na mídia a respeito da casa que Bill Gates estaria construindo em Seattle. Concebida como uma inovadora fusão entre tecnologia da informática e arquitetura, a residência multimilionária de Gates ostentava todas as costumeiras funções automatizadas, como controle de temperatura e sistemas de segurança eletrônicos, além de alguns extras, como a banheira que ligava automaticamente assim que o seu ‘mestre’ adentrava o espaço da casa. Mas o mais impressionante da casa de Gates eram as suas paredes. O plano original requeria paredes internas que consistiam em enormes telas de vídeo, que se estendiam do chão até o teto. Em alguns casos, como na sala onde ficaria uma cama elástica, o panorama de 360 graus seria complementado por uma tela adicional no teto. Conforme os desejos dos visitantes todas estas telas poderiam ser programadas, com obras de arte da coleção virtual do anfitrião (a maior do mundo). A duração das imagens poderia ser ajustada ao tempo de atenção de cada visitante, enquanto os diferentes quartos que eles

¹ Capítulo de introdução do livro *Media City: Media, Architecture and Urban Space*. Londres: Sage, 2008. Traduzido por Matheus Santos e André Keiji Kunigami.

entrariam, acessados através de um código de segurança eletrônico, não repetiriam jamais a mesma imagem.

Essas paredes-camaleão capturaram a imaginação de muitos comentadores, inclusive os mais proeminentes defensores da arquitetura digital, como William Mitchell (1995:33):

Os painéis das paredes interiores não são o que parecem ser. Eles são imensas e planas telas de vídeo. Em repouso, elas simulam a superfície de materiais comuns à arquitetura, mas, ativadas, elas se tornam janelas eletrônicas abertas a qualquer coisa imaginável.

Penz e Thomas (1997: 3) logo entreviram a democratização dessas possibilidades:

O que Bill Gates tem em sua casa hoje, qualquer um de nós poderá ter em nossas casas depois de amanhã, ou um dia depois. Nossas janelas digitais nos darão uma versão em écran do mundo, oferecendo, em qualquer lugar e a qualquer momento, qualquer realidade.

Uma visão similar ficou evidente na “Casa Digital” (*Digital House*) desenhada pelo escritório nova-iorquino Hariri & Hariri, para a revista *House Beautiful*, em 1998. O *design* era uma adaptação da lógica ‘*plug-in*’ desenvolvida em 1960 por Peter Cook, do grupo Archigram, constituída por um núcleo central ao qual quartos pré-fabricados poderiam ser acoplados da mesma forma como conectamos eletrodomésticos. As principais paredes seriam feitas de telas LCD, descritas pelos arquitetos como os ‘blocos de construção do futuro’ (citado em Riley 1999: 56).

Claro que telas do tamanho de paredes eram criações familiares à ficção científica do século XX. Em *Tomorrow Revealed* (1955), o escritor John Atkins imaginou paredes que não eram somente telas, mas dispositivos interativos, que transformariam a casa em uma entidade capaz de falar, pensar, escutar, agir e entreter:

As paredes poderiam se dissolver em cenas tridimensionais da selva ou estepes africanas, o que você quiser, uma cena de um romance ou um conto de fadas, com os correspondentes animais e vegetação, cheiros, sons, sol quente, neve fria. As paredes não estariam vivas, mas estariam a uma passo disso: feitas de cristal, projetando um filme colorido dimensional, super-reactivo e super-sensível atrás de suas telas de vidro, com odores e sons. (Atkins 1955: 180)

Telas do tamanho de parede também figuraram em inúmeros filmes de ficção científica, incluindo marcos do gênero como *Metropolis*, de Fritz Lang (1927), *Daqui a Cem Anos (Things to Come)* de William Cameron Menzies (1936), *Fahrenheit 451* de François Truffaut (1966) e *O Vingador do Futuro (Total Recall)* de Paul Verhoeven (1990). O que se nota de imediato nestes filmes é a versatilidade política das paredes-telas. Em *Metropolis*, a parede-tela é tanto um símbolo quanto uma técnica do poder tecnocrático, um aparato único localizado no escritório de cobertura do patriarca da cidade. Em *Daqui a Cem Anos*, a tela facilita uma forma mais democrática de tecnocracia, distribuída à população para servir uma aparentemente benigna função educacional e comunicacional, enquanto, em *Fahrenheit 451*, filme realizado em plena era da transmissão televisiva, a parede-tela é representada como um dispositivo de propaganda para pacificar a população. Em *O Vingador do Futuro*, a variedade de imagens que as paredes-telas exibem, desde notícias ao vivo até imagens-ambiente, é usada para dramatizar a consciência dividida do protagonista.

Como viria a ser, foi muito mais fácil propor as paredes-telas na literatura e no cinema do que produzi-las materialmente na arquitetura. Lamentando o fato de que o *hardware* para produzir telas em grandes formatos com a alta resolução necessárias não havia ainda sido aperfeiçoado em meados dos anos 1990, Bill Gates se viu forçado a reduzir seus ambiciosos planos. Contudo, como Penz e Thomas anteviram, a tecnologia advinda dos sistemas de cinema digital permitiriam que telas do tamanho de paredes pudessem logo se tornar uma experiência familiar dentro das casas. ii Paredes transformadas em janelas eletrônicas constroem um novo ponto de vista que já não é mais espacialmente contínuo, mas estabelecem diversas linhas de visão aparentemente capazes de abrir ‘qualquer lugar, qualquer tempo, qualquer realidade’. Essas janelas-paredes oferecem uma renovação radical da casa, deslocando sua interioridade costumeira, enquanto, ao mesmo tempo, perturbam a espacialidade do mundo como um todo.

Natureza Tecnológica

Há diversos aspectos que podemos ressaltar em relação ao cenário descrito. O primeiro é a forma como a imaginação e o desejo sempre se antecipam à tecnologia, apesar do – ou talvez justamente por conta do – desenvolvimento tecnológico extraordinariamente rápido. Para dar apenas um dado de referência, é notório que a computação passou por um período de várias décadas de crescimento exponencial. Na primeira edição da revista *Wired*, em 1993, Frederic Davis (1993: 30) comentou:

Se a tecnologia automobilística tivesse avançado em ritmo similar nos últimos 20 anos, o seu carro viajaria a 500 mil milhas por hora [805 mil quilômetros por hora], percorreria um milhão de milhas [aprox. 1.609.000 quilômetros] a cada galão de gasolina e custaria apenas mil dólares.

Contudo, mesmo esta velocidade estonteante dos avanços tecnológicos, em um setor no qual muitos desses mesmos avanços são medidos em termos de velocidade (poder de processamento e capacidade de transmissão de dados), deixa muitos impacientes e frustrados com o fato de que as coisas não se movem ainda mais rápido. A rede mundial de computadores (*world wide web*) foi rápida e ironicamente traduzida em rede mundial de espera (*world wide wait*), à medida que as limitações da transmissão de dados – e o custo de lidar com elas – ficou aparente em meados dos anos 1990. Assim como Bill Gates, nós frequentemente nos percebemos esperando que a tecnologia chegue aonde nossa imaginação – alimentada pela publicidade – já nos levou. Um notável exemplo foi a onda de entusiasmo, atravessada por uma sensação de medo, que envolveu as tecnologias de Realidade Virtual dos anos 1980 até início dos anos 1990, à medida que o ‘ciberespaço’ tornou-se a nova fronteira para as fantasias do milênio. Como logo pôde descobrir qualquer um que teve acesso a um par de *EyePhones* ou algum outro sistema de Realidade Virtual, a experiência ficava muito aquém da total alucinação perceptiva prometida em filmes como *O Passageiro do Futuro* (*The Lawnmower Man*, 1992). Por mais que houvesse certamente uma publicidade da indústria para promover algumas demandas comerciais, também havia uma certa espera – um

anseio tecnológico – que devemos reconhecer como parte do motor que guiou a ideologia do progresso. As profundas aspirações pelo domínio da natureza e pela transcendência dos limites corporais, que há tempos sustentavam a fé no progresso, foram investidas em novas ondas tecnológicas, culminando com a emergência de uma ‘tecno-cultura’, na qual o lugar da ‘natureza’ e a delimitação de uma ‘natureza humana’ tornaram-se problemáticas de novas maneiras.iii

Se fantasias de domínio e transcendência constituem a premissa geral do desenvolvimento tecnológico moderno, elas encontraram um terreno particularmente fértil no campo da mídia e comunicação. Por serem capazes de reconfigurar os parâmetros espaço-temporais da percepção e da experiência, permitindo-nos ver, ouvir e até mesmo agir ‘à distância’, as tecnologias de mídia e comunicação alteram modelos de existência antes dados como naturais, se não imutáveis. A habilidade de suprimir o espaço e comprimir o tempo através de diferentes gerações de mídias, do telégrafo até a televisão a satélite e a internet, não somente exerceu uma poderosa fascinação sobre a imaginação moderna, mas também foi fundamental para o molde das relações econômicas e sociais da modernidade. Como Giddens (1991:17) observa:

A organização social moderna pressupõe uma precisa co-ordenação das ações de inúmeros seres humanos fisicamente ausentes um para o outro; o ‘quando’ está diretamente conectado com o ‘onde’, mas não, como nos tempos pré-modernos, através da mediação do ‘lugar’.

A ampliação da distância entre modos de vida primordialmente baseados no espaço e modos de vida emergentes em que a experiência espacial é cada vez mais aberta a eventos ocorridos em outro lugar tem sido fundamental desde a modernidade industrial. A capacidade dos novos veículos a vapor, como trens e navios, de atravessar espaços mais rápida e consistentemente, na segunda metade do século XIX, aumentou a imensa expansão do império colonial e comércio internacional naquele período. No século XXI, a capacidade intensificada de gerar ações à distância em ‘tempo real’, proporcionada pelas novas tecnologias de mídia, sustentou a fase pós-industrial da globalização, caracterizada pela alta penetração de trocas econômicas e culturais transnacionais nos interstícios ‘locais’ da vida

cotidiana. Lash (2002a: 15) argumenta que a centralidade das novas formas de comunicação sustentam um deslocamento geral para ‘formas de vida tecnológicas’, caracterizadas pela ubiquidade das interfaces homem-máquina. Na medida em que a cultura tecnológica é ‘*cultura-à-distância*’ na sua constituição mesma, os laços sociais assumem formas tecnológicas:

Eu opero uma interface homem-máquina – ou seja, uma forma tecnológica de vida natural – porque necessariamente eu devo navegar por formas tecnológicas de vida social. [...] Por serem minhas formas de vida social tão normal e cronicamente à distância, não posso navegar essas distâncias, não posso alcançar a sociabilidade senão através da minha interface maquina” (Lash 2002a: 15).

Como esses desenvolvimentos redefiniram coletivamente não apenas a velocidade das trocas econômicas, mas os parâmetros espaço-temporais da experiência humana, não é surpreendente que as respostas culturais frequentemente pareçam se mover para trás e para frente no tempo: por um lado, em direção à criação de mitos e um tipo de onipresença tradicionalmente atribuídos a deuses, e por outro, em direção a um futuro no qual todas as coordenadas materiais, incluindo o corpo, estão dissolvidos em limites inimagináveis. Esse amplo espectro demonstra como as respostas às transformações tecnológicas têm sido marcadas por ambivalência. O desejo pela transcendência tecnológica está intimamente relacionado à produção cultural do que podemos chamar de inconsciente tecnológico – um tema explorado de forma convincente pela arte e literatura modernas, talvez mais notoriamente no moderno gênero da ficção científica. A ‘casa telepática’ de Atkins dos anos 1950 é ao mesmo tempo distante e ainda reconhecível no início do século XXI. As paredes que ‘não estavam tão vivas’ evocam o mito especificamente moderno da criação tecnológica da vida – uma narrativa originária que adentra a consciência moderna precocemente com *Frankenstein* de Mary Shelley (1818), no qual um ‘monstro’ demasiadamente humano é constituído por uma variedade de partes corporais animadas por eletricidade.

Se o monstro de Shelley é uma colagem que serve para ilustrar a crescente incerteza sobre os limites do humano numa sociedade submetida a novas forças, como a energia a vapor e a eletricidade, a vastidão das transformações industriais no século seguinte demandou

a invenção de uma nova cena originária. Essa necessidade foi memoravelmente preenchida pela famosa cena da criação do robô em *Metropolis*, de Fritz Lang (1927). Embora o robô fantástico de Fritz Lang também tivesse sido animado por eletricidade, tratava-se de uma entidade bem diferente do monstro-colcha-de-retalhos de Shelley. Em vez de uma cópia crua, o duplo tecnológico agora podia ser imaginado como visualmente indistinguível do ser humano orgânico – um deslocamento correspondente ao estranhamento da duplicação do mundo visível pelas imagens tecnológicas do cinema.

Seguindo a Segunda Guerra Mundial e a emergência do paradigma cibernético, o encontro entre homem e máquina foi cada vez mais representado através do enigma do ciborgue.^{iv} O ciborgue não é nem humano nem máquina, dentro da definição tradicional destes termos, mas uma entidade híbrida que depende de *sistemas* informacionais e comunicacionais para ser produzida. Em seu influente ‘Manifesto Ciborgue’, de 1984, Donna Haraway (1991: 150) apropriou-se do termo para ressaltar as condições da identidade em culturas que estavam rapidamente sendo computadorizadas: “no final do século XX, nossa época, um tempo mítico, somos todos quimeras, teorizados e fabricados híbridos de máquina e organismo; ou seja, somos todos ciborgues”. O paradigma cibernético tem desempenhado importante influência na trajetória das pesquisas científicas, notavelmente fundamentando e subscrevendo os desenvolvimentos da biotecnologia. O sucesso do *Projeto Genoma Humano* em angariar enormes fundos de financiamento à pesquisa, que permitiu a precoce conclusão da sua fase de mapeamento, em meados dos anos 2000, dependeu de um entendimento cibernético do corpo vivo como um sistema computacional, trabalhando de acordo com um programa genético, no qual o DNA figura como ‘o código dos códigos’. Nessa vertente, Walter Gilbert (1992:96) forjou uma cena originária digital, esperando o dia em que “alguém puder puxar um CD do bolso e dizer: 'Aqui está um ser humano; sou eu’”. Este é um novo conceito de mídia pessoal; a pessoa *como* mídia.

Estas três narrativas de nascimento tecnológico, atravessando quase dois séculos, podem ser lidas como momentos distintos da reescrita da Natureza pela tecnologia, à medida que as máquinas industriais são substituídas pelas máquinas informacionais – mídia – e o horizonte das formas de vida programadas e patenteadas nos acena. Lash (2002a: xi) sublinha esta trajetória quando relaciona a emergência da engenharia genética com uma mudança mais

ampla nas operações de poder, e argumenta que a transição de um modo discursivo de poder-saber para um modo informacional significa que “[...] a 'vida' torna-se uma questão não mais de sistemas orgânicos, mas de sistemas tecnológicos”.

Desestabilizando a casa

Devido à crescente incerteza afetando aquilo que, outrora, era dado como o chão incontestável da experiência social, quero tentar deslocar minha resposta à casa de Gates da familiar trajetória na qual a ficção científica de ontem torna-se a realidade de hoje. A questão é mais complexa do que a nítida sucessão que este tipo de narrativa promove. Em vez disso, quero ler a casa de Gates como uma metáfora para o efeito de desestabilização *geral* exercido pela mídia eletrônica e digital na produção do espaço público e privado nas cidades contemporâneas. A transformação da casa individual assemelha-se, numa escala metropolitana, à reconstrução do espaço urbano, e, numa escala global, a difusão de redes digitais que estão remodelando os vetores do poder econômico e político, assim como as matrizes das relações culturais. De fato, a mudança mais significativa é que onde essas fronteiras – domésticas, locais, urbanas, regionais, nacionais, transnacionais – eram antes distintas, ou ao menos assim se acreditava ser, agora parecem estar irredutivelmente imbricadas umas nas outras. A globalização dos fluxos midiáticos caminha junto com a reorganização do espaço da vida doméstica, incluindo as micropolíticas da família.

A própria casa contém agora uma vasta gama de formas de mídia. Muitas destas encontram-se sob o processo de deslocamento dos sistemas de transmissão unilateral com alcance regional ou nacional, em direção a redes de interação global, nas quais cada nó de consumo também é capaz de produzir. Como nota Beatriz Colombina (1994: 210): “A casa agora é um centro de mídia, uma realidade que vai transformar para sempre o nosso entendimento de público e privado”. Se os limites da casa se tornaram cada vez mais porosos, numa era de ubiquidade midiática, o mesmo aconteceu com as fronteiras do Estado-nação. A identidade cultural contemporânea é, por consequência, menos definida por uma “comunidade imaginada” baseada nos limites geográficos de um único território nacional,

mas, de forma crescente, assume o padrão de mosaico prefigurado nas áreas de cobertura sobrepostas dos satélites e nos fluxos das redes digitais. Ao mesmo tempo, os dispositivos de mídia se tornaram elementos ubíquos modelando os espaços públicos das cidades contemporâneas, incrustados na infraestrutura urbana em uma ampla variedade de lugares e formas, desde quiosques de informação, grandes écrans públicos, câmeras digitais de vigilância e sistemas de tráfego computadorizados. O desenvolvimento de novas gerações de mídias móveis, as quais são portadas no curso da vida diária, intensificou ainda mais o desafio de estabelecer os limites entre espaço público e privado. A transformação das relações espaciais pelo telefone é sintomática. Durante a maior parte de um século, uma chamada telefônica era feita de um ponto fixo, como uma casa ou um escritório, e a pessoa perguntava se a outra estava ou não 'lá'. Em contraste, o cumprimento costumeiro num telefone celular é: 'onde você está?'. Numa era na qual a mídia se tornou móvel, ubíqua e personalizada, tecnologia e pessoa se fundiram, e essa fusão está rapidamente se naturalizando.

A casa com paredes-tela de Gates pode, então, ser lida como um sintoma das maneiras pelas quais um amplo conjunto de novas tecnologias de mídia e plataformas não estão somente redefinindo a arquitetura e o urbanismo, mas a vida social sustentada dentro do seu domínio. A imagem da cidade e os modos de imaginar a existência dentro de suas fronteiras estão em fluxo. Se a função da parede como um matéria prima da arquitetura vem sendo cada vez mais colocada em questão, também o tem sido o espaço privado da casa e o espaço público da rua. Pensar através desta condição, a qual produz efeitos que alcançam desde a subjetividade interior característica da identidade moderna até o papel do espaço público enquanto fórum para interação coletiva e contestação política, demanda que saíamos do paradigma teórico da representação midiática. Por 'representação', entendo os diversos discursos construídos sobre a implícita, se não desarticulada, suposição de que o papel da mídia é o de proporcionar representações – fiéis ou não – do mundo do lado de fora. Este entendimento de que a mídia está, em última instância, separada do 'mundo real' informa a maior parte das modernas análises de mídia, assim como o discurso 'pós-moderno' sobre a indistinção ou colapso do real sob o ataque da mídia. Ainda que a questão sobre *como* o mundo é construído na e através da mídia mantenha-se criticamente importante, é igualmente crítico aceitar plenamente que a mídia não pode mais ser separada do social; nem, dessa

forma, do político, econômico e cultural. Aceitar o amplo papel da mídia na produção da experiência contemporânea demanda a adoção crítica do *insight* de McLuhan de que a mídia constitui um *ambiente*. Este aspecto tem se tornado mais manifesto à medida que as tecnologias de mídia têm se estendido para além de pontos fixos e lugares especializados de consumo, como a casa, o escritório ou o cinema. Mover-se pelo mundo livremente agora envolve a contínua negociação de (e participação em) diversos fluxos midiáticos. Nem a casa, nem a rua e nem a cidade agora podem ser pensados à parte dos dispositivos de mídia, que redistribuem a escala e a velocidade da interação social em seu domínio.

Claro, 'casa' precisa ser entendida aqui como mais do que uma estrutura física, mas também designando um sentido de pertencimento cultural e abrigo existencial. Entretanto, é preciso tentar manter o físico e o psíquico juntos, sem simplesmente fazer colapsar um sob o outro. Há um sentido em que as mutações espaciais afetando a arquitetura e o urbanismo contemporâneos – as formas de acesso aos edifícios, a passagem entre cômodos, a proximidade entre espaços separados, e por aí em diante – estão criticamente atreladas às transformações no pensamento e experiência contemporâneos, as quais afetam as relações sociais de subjetividade e sentido. A crise das “Grandes Narrativas”, que Lyotard (1984) colocou como condição fundamental da pós-modernidade, pode ser entendida, ao menos parcialmente, como algo condicionado pela crise das fronteiras, referências e dimensões. Como demarcamos o dentro e o fora? Quais coordenadas são as do perto e as do longe? O que acontece quando o “aqui” e o “lá” não são mais mantidos separados, mas colapsam um sobre o outro.

Perguntas como estas exercem um profundo impacto sobre como podemos definir 'casa' no presente, seja no âmbito da residência privada, da cidade pós-industrial ou das comunidades radicalmente dispersas que constituem as heterogêneas ‘terras natais’ dos Estados-nações contemporâneos. A antiga pergunta *geográfica* ‘onde fica a sua casa?’ foi deslocada para um novo imperativo: qual é o *sentido* de casa? Ainda corresponderiam as formas urbanas contemporâneas, com sua escala e dispersão sem precedentes, àquilo que foi historicamente chamado de cidade? Podem cidades acomodar a emergência de novas formas de mobilidade tecnológica características da mídia em ‘tempo real’? Suspenso entre a ressurgente promessa de ubiquidade tecnológica e a recorrente ameaça da alienação

tecnológica, há uma urgente necessidade de investigar o que significa, hoje, estar “em casa”. Será que ainda corresponde a uma localidade, lugar ou território específico – ou a um sentido particular de situação, de estar-localizado, de pertencimento cultural? Mais objetivamente, como podemos delinear as coordenadas ou demarcar as fronteiras das nossas casas no presente?

O estranhamento tecnológico

No seu famoso ensaio “O Estranho” (*The Uncanny*), publicado em 1919, Freud (1955) traça a etimologia da palavra alemã *unheimlich*, que é frequentemente traduzida para o inglês como ‘*uncanny*’ mas seria mais literalmente expressa em ‘*unhomely*’*. Para Freud, a sensação de estranhamento não é causada por aquilo que é estranho ou não familiar, mas sim emerge quando o conhecido e o familiar são *feitos* estranhos. O estranhamento é uma domesticidade *perturbada*, que retorna do familiar em uma forma aparentemente não familiar. Em outro momento de seu ensaio, Freud cita Schelling, concordando com sua definição do estranhamento como aquilo que traz à luz algo que devia ter permanecido escondido. O estranhamento, portanto, pertence a uma complexa cena de velamento e desvelamento, de segredo, revelação e exposição imprópria.

Em sua discussão, Freud repetidamente atrela o estranhamento à experiência da *ambivalência*, e oferece alguns exemplos sugestivos. O primeiro é a incerteza se um ser animado está vivo, ou, reciprocamente, se um objeto é realmente inanimado; o segundo diz respeito ao enigma do *doppelgänger* ou duplo (aqui Freud narra uma experiência pessoal na qual ele viu mas não reconheceu seu próprio reflexo, recordando que ele que ele desgostou totalmente do que viu); o terceiro se trata da experiência na qual a distinção entre imaginação e realidade é apagada. Como apontou Anthony Vidler (1994), ainda que Freud tenha desenvolvido seu conceito de estranhamento no contexto da literatura romântica e da descoberta, no século XIX, de cidades soterradas como Pompéia e Tróia, as categorias que

* Nesta tradução, escolhemos o termo “estranhamento” para traduzir a palavra *uncanny* utilizada no texto no original em inglês. *Unhomely* mencionado por McQuire neste trecho poderia ser entendido como “não familiar”.

ele emprega parecem peculiarmente servir para explorar as maneiras como as tecnologias de mídia contemporâneas podem reorganizar corpos, tempos e espaços, aparentemente à vontade.

Como foi fica óbvio na casa de Gates, a solidez das nossas paredes cada vez mais dá lugar à incansável luminosidade das telas eletrônicas. Olhando através dessas estranhas janelas, somos convidados a perceber o mundo como se liberados das limitações corporais. Vemos o mundo desde onde *não* estamos, de onde *nunca estivemos*. Apesar da sua familiaridade cotidiana, este modo de percepção desencarnado – o qual pode ser igualado, em termos psicanalíticos, com a fantasia de ver desde o lugar do ‘outro’ – retém um forte sentido de estranhamento. Um dos principais pontos de referencia para Freud, em seu ensaio, foi o conto do século XIX *O Homem de Areia*, de E.T.A. Hoffmann. No conto de Hoffmann, o Homem de Areia é uma figura quase mítica, usada por adultos para persuadirem as crianças a irem dormir. Em determinado momento, a babá do jovem protagonista lhe diz:

É um homem malvado que aparece para as crianças quando elas não querem ir dormir e joga-lhes punhados de areia nos olhos, de forma que estes saltam do rosto sangrando. (apud Freud, 1955: 237)

Na sua análise do conto, Freud (1955: 230) relaciona a experiência do estranhamento com a ‘idéia de ter os olhos roubados’. A profunda analogia freudiana é, claro, o espectro ubíquo da castração. Mas, antes de prosseguir demasiadamente rápido por esse caminho, pode valer a pena ler Hoffmann mais literalmente. Em vários aspectos, o medo de ‘ter os olhos roubados’ é semelhante ao espectro que assombrou a consciência moderna desde a invenção da câmera. Enquanto imagens tecnológicas foram prontamente inseridas no discurso do Iluminismo, que associava luz e transparência com razão e verdade, possibilitando a demarcação de uma relação direta entre a transparência desejada na representação política e a transparência investida na representação fotográfica, o outro lado deste discurso foi a ameaça de que as próteses fotográficas de fato *substituísem* o órgão que apenas deveriam suplementar. Em outras palavras, que a mídia efetivamente roubasse nossos olhos, nossa capacidade de ver por nós mesmos.

Já nos anos 1880, quando a fotografia foi industrializada e imagens públicas começaram a proliferar em jornais e cartões-postais, a prodigiosa capacidade da câmera de sequestrar aparências visuais e transportá-las para novos contextos realçou uma inquietante instabilidade do laço que une imagem e referente. O que iniciava-se ali era o crescente reconhecimento da incapacidade dos signos modernos de garantir sentido, uma instabilidade que abriu uma rachadura no centro do modelo positivista do conhecimento. A visão científica, que havia entusiasticamente proclamado a fotografia como a verdade objetiva em meados do século XIX, viu-se superada pela radical promiscuidade do que Kracauer (1995:58) habilmente chamou de “avalanche” das imagens modernas. A ambivalência do realismo fotográfico é central para a instabilidade daquilo que Habermas (1989) chama de “publicidade”, a qual forma um suporte básico às formas modernas de legitimação política. A fé na capacidade das imagens de nos aproximar do real foi contraposta à uma crescente suspeita de que a mídia forma uma tela, bloqueando o real. A tensão entre a pujança factual das imagens tecnológicas e a instabilidade semântica que surge da possibilidade de serem manipuladas e reproduzidas em diferentes contextos nunca foi resolvida. Ao contrário, esta tensão foi sistematicamente deslocada para cada nova onda de tecnologias da imagem – fotografia, cinema, televisão, realidade virtual – desencadeando um recorrente medo da capacidade das imagens de *substituir* o real. Esta ambivalência foi ampliada na magnífica nova era da imagem digital. Do momento em que começamos a ver Michael Jackson metamorfosear-se em pantera diante de nossos olhos, ou Sam Neil correr de um bando de dinossauros em *Parque dos Dinossauros (Jurassic Park, 1993)* – em outras palavras, quando pudemos *ver* imagens fotográficas realistas em movimento de coisas que sabíamos não existir – o nó que liga imagens tecnológicas, realismo e percepção corporificada viu-se sujeito a novas exigências.v

Meu interesse aqui não é desatrelar os resíduos do realismo fotográfico da sua ‘manipulação’, nem de demarcar verdade e ideologia, como se tais gestos não fossem limitados ou situados. Em vez disso, estou mais preocupado em explorar as ambivalências que hoje afetam a todos nós, que vivemos com tecnologias midiáticas como partes integrantes da nossa vida diária. Como Virilio apontou (1995: 99): “a questão da tecnologia é inseparável da questão de *onde* a tecnologia ocorre”. Inseridos diretamente no coração do espaço doméstico, dispositivos como telefone, rádio, televisão e computador golpeiam e perfuram os

limites físicos da residência privada. Não mais definido primariamente pela passagem de um corpo material, o acesso a uma residência cada vez mais depende da ativação de circuitos elétricos. Conceber a casa como um *nó* interativo, permanentemente *on-line* para uma vasto fluxo informacional, altera radicalmente a divisão e a dinâmica do espaço público e privado. Um resultado é a profunda *desterritorialização* da casa, na medida em que o que vemos e experimentamos dentro de suas paredes não está mais contido em seus limites. Ao mesmo tempo, e como resultado das mesmas forças, o espaço público também sofre profundas mudanças, à medida que o imediatismo de variadas formas de ação à distância deslocam a primazia social da presença corporificada. A interseção entre mídia moderna e urbanismo moderno transforma o nexo entre lugar e experiência, familiar e estrangeiro, o *self* e o estranho. O embaçamento dos limites entre percepção humana e visão tecnológica nos demanda repensar o espaço da consciência, já que os modelos de autonomia e subjetividade que dominaram a modernidade tornam-se cada vez mais irreconciliáveis com a experiência cotidiana.

No lugar da concepção de uma continuidade espacial, que foi a base histórica para as relações sociais, o imediatismo do espaço contínuo que circunda nossos corpos é crescentemente sobreposto por uma matriz intermitente, descontínua e flutuante. Nas janelas-tela, espaços aparecem e desaparecem abruptamente. Podemos ativar conexões entre lugares espacialmente descontínuos num piscar de olhos, mas estas combinações são transitórias e inerentemente instáveis. Viver em um espaço-tempo emoldurado por uma proliferação de tecnologias de mídia altera fundamentalmente os parâmetros sensoriais e perceptuais humanos, permitindo uma gama de encontros que questionam os limites do corpo e a autoridade da percepção encarnada. A tendência é que a tecnologia desloque o corpo da sua posição de medida privilegiada da experiência humana, o que nos leva ao que me referi acima como uma crise da fronteira, referencia e dimensão. Eventos acontecendo em um lugar têm efeitos instantâneos em outros, ou numa multiplicidade de outros, potencialmente trazendo impacto a lugares distribuídos ao redor de todo o globo. Com a televisão ao vivo e as mídias em rede de ‘tempo real’, a definição clássica de ‘evento’ como uma ocorrência singular é cada vez mais questionada. Neste contexto, conceitos como distância, proximidade e localidade, assim como interioridade e exterioridade, adquirem uma gama de novos sentidos. Esta transformação na relação entre lugares, fronteiras e sistemas de acesso e bloqueio aponta

para um aspecto crítico da experiência contemporânea, ao qual eu vou chamar de *estranhamento tecnológico*.

O estranhamento do século XIX era frequentemente relacionado a espaços escuros e escondidos. Um clássico exemplo literário é *A Queda da Casa de Usher* (*The Fall of the House of Usher*, 1839), de Poe, no qual o narrador encontra o horror de alguém que foi soterrado vivo, numa casa que assume ela mesma temerosas qualidades orgânicas. Foi justamente essa ‘insalubre’ profusão de porões escuros, espaços recônditos e escondidos, e sótãos bolorentos que os arquitetos modernos, como Le Corbusier, buscaram abolir, com suas residências de telhados planos, elevadas do chão por finos pilotis, cercada pelo verdor, com terraços e janelas abertas ao infindo fluxo de luz e ar. A exposição do escondido, trazer a luz o reprimido tinha para eles uma função curativa. Oferecia uma maneira de exorcizar os demônios. Em contraste, o estranhamento tecnológico é menos uma função do espaço escondido ou da invisibilidade e mais daquilo que Virilio perspicazmente chama de *superexposição* do espaço. Para Virilio (1991a: 19): “essa superexposição atrai nossa atenção na medida em que ela oferece um mundo sem antípodas e sem aspectos escondidos, um mundo em que a opacidade não é nada mais que um interlúdio momentâneo”. Usando-se da noção de Freud de “desvelamento impróprio” – a exposição de algo que deveria manter-se escondido – argumento que o impulso contemporâneo em direção a uma visibilidade tecnológica e transparência social está produzindo uma gama de efeitos que distanciam-se das formas de verdade e conhecimento outrora imaginadas como as marcas do sujeito racional. O sonho iluminista de submeter o exercício do poder ao controle racional através do escrutínio público foi amplificado com a crescente midiaticização da casa e a reconstrução do espaço urbano ao longo dos eixos da vigilância e do espetáculo. Se, por um lado, a ubiquidade da mídia no espaço urbano sustentou estratégias de controle instrumental, é cada vez mais notório que visibilidade não pode mais ser relacionada a segurança. Como argumenta Peter Weibel (2002: 214): “quanto mais o Estado tenta fazer de seus cidadãos pessoas transparentes e da comunidade, uma comunidade transparente, mais insegurança é criada”. Imensamente excedendo o papel da vigilância do Estado, encontra-se a forma como as novas plataformas midiáticas – mídias que estão sempre ligadas e sempre disponíveis – sustentam a penetração de relações de mercado e valores de *commodity* em um número cada vez maior setores da vida cotidiana.

Ainda assim, mesmo admitindo o alcance a extensão deste tópico, é importante reconhecer que não se trata de algo nem inevitável nem totalizante. Neste sentido, o conceito de estranhamento tecnológico tem um objetivo estratégico. Ressaltar a ambivalência da cidade e da residência privada criada pela transformação tecnológica, dando-lhe o estatuto de ‘casa’, oferece uma maneira de ler os sinais emergentes das contradições sociais e contestações políticas. Realizar esta ambição demanda um deslocamento do estranhamento das suas origens românticas em direção ao sublime de Burke.vi Também demanda uma contextualização histórica crítica da utilização feita por Freud, para interpretar a ambivalência espacial gerada pelas tecnologias de mídia como sintomas de contradições políticas desarticuladas e, frequentemente, reprimidas.vii Focar na ambivalência da experiência sócio-cultural gerada pelas novas tecnologias de mídia é útil para pensar a espacialidade da cidade midiática como algo da ordem da duplicidade e do deslocamento, mas também para enfatizar diferentes temporalidades midiáticas – os efeitos tardios, demorados ou protelados – que são rotineiramente obscurecidos sob, ou ativamente reprimidos pelo, atual impulso em prol das redes em ‘tempo real’.

A 'aniquilação' do tempo e do espaço

Em um comercial da empresa de telecomunicações MCI, transmitido em 1993, a tão anunciada “super via” de informação foi apresentada nos seguintes termos:

Haverá uma estrada. Ela não conectará dois pontos. Ela conectará todos os pontos. Seu limite de velocidade será a velocidade da luz. Ela não irá até lá. Não haverá mais lá. Estaremos todos somente aqui.

Ainda que o anúncio comece com a familiar metáfora da estrada, é rapidamente evidenciado que ele vislumbra menos uma via linear tradicional do que uma rede na qual uma velocidade infinita supera a distância para gerar uma forma tecnológica de presença perpétua. Em um mundo no qual “Haverá somente o aqui”, a MCI não propõe apenas uma jornada a um destino identificável como triunfo da tecnologia sobre as margens, sobre a marginalidade como tal. O anúncio nos convida a imaginar um futuro no qual nunca estaremos 'fora', nunca

'lá', mas permanentemente 'aqui'. As ramificações políticas e sociais dessa suposta transcendência são menos claras. Se não há mais *lá*, isso implica ---ao menos na fantasia--- no desaparecimento do lugar do outro? Na solução final para as estratégias coloniais de dominação e assimilação territorial? No que Paul Virilio (1986: 135) chamou de homogeneização geoestratégica do globo? Ou outro direcionamento é indicado? Uma vez que o *aqui* foi generalizado e universalizado --alguns ousam dizer democratizado --as hierarquias coloniais entre metrópole e periferia, o eu e o outro podem assumir a mesma autoridade? Para colocar a questão de uma outra maneira, ser impelido a uma jornada sem coordenadas familiares funciona para problematizar o controle e superar as relações de poder impregnadas ou simplesmente acentua um estado existente de desorientação e alienação generalizada?

A imagem criada pela MCI de uma rede ubíqua conectada na velocidade da luz se baseou na retórica prevalecente no *fin-de-siècle* que profetizava que a internet iria - finalmente- produzir a aniquilação tecnológica do tempo e do espaço. Tal retórica extraiu uma energia utópica do legado de Marshall McLuhan (1974: 11), adotado como santo padroeiro da revista *Wired*, o qual proclamou, em meados dos anos 1960, que a mídia eletrônica “estendeu o nosso sistema nervoso central a um alcance global, abolindo o espaço e o tempo, pelo menos naquilo que concerne ao nosso planeta”. De qualquer modo, se olharmos para o passado, pronunciamentos similares podem ser encontrados no decorrer do século XX. O “Manifesto Futurista” de Marinetti, publicado no *Le Figaro* em 1909, exaltava a vitória de uma velocidade tecnológica para afirmar audaciosamente que o “Tempo e o Espaço morreram ontem” (Apollonio 1973: 22). A visão de Corbusier (1871: 187) sobre os escritórios modernos apresentada em 1924, em seu livro *Urbanisme* (mais tarde traduzido como *City of Tomorrow*)*, enfatizava que “Tudo está concentrado dentro deles: aparatos para abolir o tempo e o espaço, telefones, cabos e aparelhos de rádio”. O famoso manifesto *Kino-eye*, de Dziga Vertov (1984: 18) em 1927, proclamava o cinema como uma máquina capaz de abolir o tempo e o espaço: “livre dos limites de tempo e espaço, eu ponho junto quaisquer pontos dados no universo”. Quanto Howard Hughes completou sua volta ao globo pelo ar em

* No Brasil, o livro foi publicado pela Martins Fontes como “Urbanismo” (1992)

1938, o jornal *News of the Days* o aclamou como o “o aniquilador do tempo e do espaço número um do mundo”. Seria fácil multiplicar estes exemplos.

De fato, como apontou Schivelbusch, uma retórica similar emergira em 1820, quando a invenção dos trens à vapor mudou radicalmente o modo como as pessoas viam e experienciavam as paisagens. O movimento mecânico em conjunto com a crescente velocidade da viagem, o trânsito relativamente suave oferecido pelos trilhos tecnicamente preparados e protegidos, e o encarceramento do viajante em carruagens com janelas de vidros, tudo combinado para alterar a percepção espacial.

De acordo com Schivelbusch (1986: 10):

'A aniquilação do tempo e do espaço' foi o *topos* usado pelo início do século XIX para descrever a nova situação na qual a ferrovia substituiu o espaço natural após privá-lo de seus poderes absolutos. O movimento não era mais dependente das condições do espaço natural, mas de um poder mecânico que criou sua própria temporalidade.

Em seu trabalho pioneiro sobre o sublime do tecnológico, Leo Marx (2000: 194) observou reações semelhantes à emergente cultura da máquina nos Estados Unidos do século XIX.

Nenhuma frase de efeito em toda a léxica do progresso apareceu mais frequentemente do que a “aniquilação do tempo e do espaço”, emprestada de um dos poemas relativamente obscuros de Pope. A extravagância da sua emoção parece condizer com a sublimação do progresso tecnológico.

A reaparição de sentimentos similares que envolviam a invenção do 'ciberespaço' nos anos de 1980 indica a necessidade de interpretá-los como uma *retórica* particular. Tal posição é um primeiro passo em direção a um entendimento mais rico acerca das relações emergentes entre tecnologia, território e experiência social. Um dos maiores problemas em simplesmente aceitar a 'aniquilação' como valor nominal é que isso coloca o presente como ápice do processo histórico, deixando pouco espaço para conceituar mudanças futuras. O tempo e o espaço ainda não *desapareceram* quase dois séculos depois que, pela primeira vez, esse

destino foi amplamente anunciado. De qualquer maneira, os modos como o espaço e o tempo são individual e coletivamente experienciados sofreram, certamente, mudanças dramáticas e extensas.

Uma vez que reconhecemos que os anúncios da “aniquilação do tempo e do espaço” formam um tema *recorrente* na transformação tecnológica da vida moderna, podemos começar a apontar os limiares -particularmente aqueles que dizem respeito aos novos meios de transporte e tecnologias midiáticas- nos quais este tema é localizado. Podemos começar também a mapear um processo cíclico no qual a retórica da aniquilação constitui um momento específico na assimilação do novo e das experiências espaço-temporais potencialmente disjuntivas. A esse respeito, é importante esclarecer que a longevidade da retórica é, parcialmente, uma função de sua adaptabilidade. A consideração de Marinetti foi dominada pelo automóvel; a de Corbusier, pelo telefone e pelo rádio; a de Vertov, pelo cinema; a de Hughes, pela viagem aérea; a de McLuhan, pela televisão; o MCI deu atenção à internet.

Posicionar a retórica da 'aniquilação do espaço e do tempo' como um momento particular em um ciclo dinâmico de ruptura e recuperação possibilita um enfoque deliberado no processo de transição. A retórica da 'aniquilação' corresponde geralmente à apresentação inicial de uma nova tecnologia, e a retórica da 'assimilação' equivale ao momento no qual esta tecnologia entrou no *habitus* social dominante, a ponto de poder fundamentar novas formas de conhecimento abstrato e prática social. O que separa estes dois polos é a passagem da negociação⁸. É principalmente esta fase intermediária ou transicional que quero enfatizar neste livro. Como há muito tempo apontou Walter Benjamin (1999b: 857), há um valor estratégico em avaliar fenômenos “nos cruzamentos”: “isto é, um novo olhar sobre o mundo histórico a partir do ponto no qual uma decisão se aproxima, tanto para a sua aplicação revolucionária quanto reacionária.” Nos cruzamentos, as tendências contraditórias e a corrente ambivalente do novo fenômeno pode, frequentemente, assumir um teor político acentuado. O que pode

parecer, em retrospecto, o caminho lógico do desenvolvimento futuro não é, ainda, inevitável; outras possibilidades permanecem abertas.

A ferrovia é um exemplo primordial dessa dialética. Como demonstra Schivelbusch (1986: 10), as reações iniciais à energia a vapor tendiam a ressaltar as suas profundas rupturas em relação a padrões geográficos e de mobilidade estabelecidos. O movimento mecânico acelerado rompeu com o espaço-tempo habitual da experiência humana corporificada, e foi esse imenso senso de ruptura que gerou a retórica moderna da aniquilação do tempo e do espaço, estabelecendo o modelo para a apreensão de desenvolvimentos tecnológicos futuros. O fato de que o processo foi amplamente apreendido através da retórica da 'aniquilação' não é, de forma alguma, uma indicação de que as reações eram uniformemente negativas. Antes, a predominância da 'aniquilação' assinala que a experiência de descontinuidade com o passado foi o primeiro registro para processar as mudanças tecnológicas. Na retórica da aniquilação, a tecnologia é geralmente posicionada como um agente autônomo, tornando possíveis reivindicações exageradas em relação aos seus poderes transformadores. Mas esta fase não dura para sempre. Enquanto o impacto da ferrovia foi amplamente descrito em termos de 'aniquilação do tempo e do espaço' por muitas décadas, desde os anos de 1820, tal reivindicação começou a recuar assim que o novo modo de viajar tornou-se mais habitual e as pessoas acostumaram-se a contemplar uma viagem a 30 milhas por hora de modo mais tranquilo. Schivelbusch (1986: 14) argumenta que a consequência foi a formação de um novo *habitus* perceptivo que ele chama “percepção panorâmica”. No decorrer do novo século, a então nova dimensão do espaço-tempo da viagem de trem tornou-se uma experiência tão comum que Albert Einstein (1920) podia recorrer a ela para explicar a teoria da relatividade para leitores comuns⁹. A familiaridade da viagem de trem significou que ela poderia formar uma base para explicar o novo conceito radical da Teoria dos Corpos.

Posicionar as emergentes respostas sociais às novas tecnologias em termos desta dialética de ruptura e recuperação pode ser considerado como um exemplo específico do processo mais amplo de “desincorporação” e “reincorporação” da tradição que Featherstone e Lash (1995: 4) argumentam ser característica da modernidade. O que estou procurando enfatizar aqui é a dimensão na qual qualquer “reincorporação” que permitiu a assimilação

social das novas tecnologias midiáticas foi dependente de mudanças paradigmáticas na relação social de espaço e tempo. Neste processo, experiências iniciais de descontinuidade e ruptura deixaram de lado novas continuidades estabelecidas em um nível mais abstrato. Claramente, um termo como 'abstrato' não pode assumir um valor absoluto, uma vez que o que é experienciado como mais abstrato para uma geração -por exemplo, a viagem sobre trilhos entre duas cidade - pode muito bem tornar-se 'natural' para outra. Uma vez naturalizada, a experiência pode se tornar a base para futuras abstrações, afetando tanto o conhecimento quanto a prática social. Isso sublinha o fato de que a 'assimilação' não é inerentemente conservadora, nem simplesmente dirigida à integração funcional interessada na coesão social. A assimilação não implica na estagnação social, mas simplesmente numa diminuição da experiência inicial de ruptura que cerca a nova tecnologia, na medida em que certos usos tornam-se rotineiros, enquanto outros são gradualmente deixados de lado ou permanecem latentes. De fato, a assimilação social das tecnologias midiáticas produziu resultados profundamente ambivalentes, sustentando o deslocamento do modelo geral das 'estruturas' sociais para o do 'fluxo' de sistemas cada vez mais abertos. Assim, a assimilação acentua contradições sociais latentes e gera mais pressões para as transformações sociais, resultando na generalização dos complexos midiáticos-arquitetônicos: o que eu chamo de cidade midiática.

A cidade como lar

É extraordinariamente fácil esquecer o quão recente é o fenômeno da urbanização em massa e, por isso, ignorar até que ponto ele se constitui como um modo *experimental* de viver. Como nota Munford (1973: 40) em sua consideração magistral sobre a história urbana: “até o momento presente da urbanização, as cidades continham apenas uma pequena fração da humanidade”. Kasinitz (1994: 8) pontua que: “Até 1850 não havia, predominantemente, sociedades urbanas no planeta. Em 1900 havia apenas uma: a Grã-Bretanha”. Isto se dava mesmo com a rápida expansão da cidade durante a primeira metade do século XIX, quando muitas cidades européias foram sujeitas a taxas de crescimento fenomenais. No entanto, foi

somente a partir do século XX que as cidades tornaram-se a forma dominante de habitação para populações nacionais inteiras. A queda na população rural foi mais dramática nos Estados Unidos: de mais de 90 por cento da população em 1810, para menos de 50 por cento por volta de 1920, para menos de 3 por cento em 1980 (Short 1991: 104). Embora este declínio tenha sido menos extremo em outras nações, a trajetória comum do campo para a cidade continua dominante. Além disso, em uma visão global, ela ainda está acelerando. Desde 1950, a proporção de moradores urbanos triplicou em todo o mundo (Ferrarotti 1994: 462). De acordo com as estimativas das Nações Unidas (2004: 3), o ano de 2007 será o ponto no qual mais de 50 por cento da população mundial viverá em cidades, crescendo para 61 por cento em 2030. Talvez, mais significativamente, o crescimento urbano mais rápido não se dá em nações desenvolvidas e industrializadas, mas em nações mais pobres nas quais a industrialização é desigual ou marginal.¹⁰

Não somente mais pessoas estão vivendo em cidades, mas as cidades mesmas cresceram enormemente em escala, durante esse período. No século XIX, cidades com mais de cem mil habitantes eram raras. Mesmo até 1920, apenas uma em cada cem pessoas vivia em cidades com populações maiores que um milhão de habitantes. Como Soja (2002: 95) chamou a atenção: “Em poucos anos, a maioria da população mundial estará vivendo nessas megacidades de mais de um milhão de habitantes”. Cidades de escalas ainda maiores também estão se multiplicando rapidamente. Em meados do século XX, somente Londres e Nova Iorque possuíam populações de mais de 8 milhões de habitantes; em 2002, havia 22 megalópoles com, no mínimo, o mesmo tamanho.

O rápido crescimento das cidades, tanto em escala como em densidade, em meados do século XIX, aconteceu em relação estreita com o desenvolvimento de novas tecnologias de transporte e comunicação que, paradoxalmente, alimentaram tanto pressões centrípetas quanto centrífugas. A extensão horizontal da cidade moderna foi diretamente dependente da emergência de novos veículos como os trens, bicicletas, bondes e automóveis, que proviam a infraestrutura para a dispersão das populações nos subúrbios, ao mesmo tempo em que permitiam novas formas de conexão entre cidades e regiões circunvizinhas. A extrusão urbana foi também facilitada pelas novas tecnologias de comunicação, a exemplo do telefone, que deu suporte à coordenação da produção com pontos de comercialização espacialmente

separados. Reciprocamente, a densa concentração de trabalhadores em edifícios empresariais e fábricas demandou redes de transporte em massa capazes de entregar grandes cargas em lugares centrais, enquanto a logística do trabalho em escritório demandou redes de comunicação, como os telefones, capazes de prestar serviço para múltiplas células agregadas em estruturas monolíticas, como as torres de arranha-céus.

Em meados do século XIX, tornava-se evidente que o crescimento da cidade desafiava sua coerência histórica. Londres parecia vasta e aparentemente ilimitada para Friedrich Engels (1871: 30) que escreveu, em 1884, sobre “uma cidade na qual pode-se vagar por horas sem encontrar começo ou fim”. Aqui Engels anuncia dois temas recorrentes do discurso da metrópole moderna: a imagem da cidade como um labirinto e a implícita anexação desse espaço público pelo *flâneur* masculino, cujo olhar móvel seria elevado em breve por Baudelaire a um modo privilegiado da experiência moderna. Como apontou Benjamin, a cidade moderna assumiu uma qualidade labiríntica *apesar* da racionalização do espaço urbano defendida por outros como Haussmann na Paris de meados do século XIX:

Aspectos mais escondidos das cidades grandes: este objeto histórico, a nova metrópole, com suas ruas uniformes e intermináveis fileiras de casas, deu existência material àquelas arquiteturas com as quais sonharam os anciões – os labirintos. (1999b: 839)¹¹

Em retrospecto, pode ser melhor observado que, ao invés de estabelecer um sistema capaz de ancorar a nova ordem social, a cidade moderna industrial introduziu um novo conjunto de variáveis que alterou o nexos entre espaço urbano e a reprodução da identidade cultural. Na cidade tradicional, seja antiga, medieval ou renascentista, a disposição estável das construções, monumentos e espaços públicos formava uma rede que mantinha os cidadãos em uma rédea relativamente curta. A cidade era tanto uma expressão concreta da hierarquia das relações sociais e políticas, como a estrutura material de uma memória coletiva que assegurava a manutenção dessas relações. Dominada por uma catedral ou um castelo, limitada por muros com portões seguros, a cidade constituiu um ambiente protegido no qual o movimento era controlado e o aparecimento de estranhos -particularmente estrangeiros- era um evento notável. Em contraste, como enfatizou Simmel, a metrópole moderna é caracterizada por um influxo de estranhos e de experiências de “choque”.¹² O deslocamento

dos trabalhadores rurais para as fábricas das cidades foi acompanhado de uma crescente despersonalização das relações sociais, sob o sistema do mercado capitalista. O crescente anonimato foi uma faca de dois gumes. Se ele trouxe novas possibilidades de invenção de si, enquanto antigas hierarquias sociais eram rompidas pela busca do progresso individual, também carregava o preço da crescente alienação.

Nas considerações de Mumford (1973: 41) a “invenção” da cidade foi, originalmente, o resultado da implosão espacial:

A cidade pode ser descrita como uma estrutura equipada especialmente para estocar e distribuir os bens da civilização, suficientemente condensada para acomodar a máxima quantidade de facilidades em um espaço mínimo, mas também capaz de um aumento estrutural [...].

A cidade antiga desenvolveu sua vantagem competitiva sobre as regiões circunvizinhas condensando objetos em um espaço concentrado: pessoas, capital, tecnologias e acesso a recursos naturais produziram a fecunda mistura urbana “que resultou em uma enorme expansão das capacidades humanas em todas as direções” (Mumford 1973: 40). A cidade industrial moderna substituiu os muros medievais por novas formas de circulação: avenidas, estradas de ferro, fios telegráficos e linhas telefônicas. Mas, até o século XIX, as cidades industriais ainda seguiam o modelo antigo em muitos aspectos. As principais cidades tendiam a se localizar em espaços com junções significantes de transporte, mais comumente portos. O crescimento de ferrovias serviu para amplificar as antigas vantagens naturais das cidades portuárias como Londres, Nova Iorque e Chicago. Contudo, no final do século XIX, as crescentes linhas de bondes e ferrovias criaram o característico padrão de roda da metrópole industrial, consistindo um núcleo interno ou um distrito comercial central, uma zona média de fábricas e habitações populares lotadas, e uma área externa de subúrbios para uma classe média mais abastada.¹³ Enquanto muitos, incluindo Mumford, consideravam essas cidades horríveis, elas 'funcionavam', ao menos de acordo com suas próprias lógicas. O agrupamento de negócios no centro da cidade multiplicou oportunidades para o contato face-a-face e a troca de informações, aumentando as vantagens sobre as pequenas cidades competidoras. O transporte de massa para o centro da cidade possibilitou que a burguesia patrocinasse novas formas de consumo e de entretenimento em larga escala.¹⁴

Em muitos aspectos, os anos 1920 colocam-se como o apogeu da cidade industrial. Depois deste período, o modelo dominante de anéis urbanos concêntricos começou seu declínio. Se a vanguarda modernista dos anos 1920 tendia a representar o espaço urbano como descentrado e descentralizador, movimentos mais recentes tornaram a 'perda de centro' da cidade ainda mais radical. Com o crescimento da cultura automobilística após a Segunda Grande Guerra, a dependência dos subúrbios em relação ao centro das cidades declinou rapidamente. Fishman (1994: 394) nota que, nos Estados Unidos, a população periférica dobrou em relação ao total, de 23 por cento em 1950, para 45 por cento em 1990. Ao mesmo tempo, o dobro dos trabalhadores dos subúrbios viajavam para outros subúrbios, em vez de irem em direção ao centro da cidade. O resultado, de acordo com Fishman (1994: 398), é que “as periferias substituíram os núcleos urbanos como centro nevrálgico da nossa civilização”. Em seu ensaio, *The Overexposed City*^{*}, considerado um marco, Paul Virilio (1991: 12) enfatizou o papel do transporte e da comunicação nesta transformação:

A frase “adentrar a cidade”, que substituiu o “ir à cidade” do século XIX, indica a incerteza do encontro, como se não mais pudéssemos ficar diante da cidade mas, ao contrário, permanecer para sempre dentro dela. Se a metrópole é ainda um lugar, um sítio geográfico, ela não mais tem a ver com as oposições clássicas cidade/zona rural ou centro/periferia. A sociedade não é mais organizada em um estado localizado e axial. Enquanto os subúrbios contribuíram para essa dissolução, a oposição intra-muro/extra-muro entrou em colapso com as revoluções do transporte e o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e telecomunicação. O que promoveu a fusão das margens metropolitanas desconectadas em uma única massa urbana.

No começo do século XXI, a forma urbana não é mais tipificada pela cidade altamente concentrada e verticalmente estratificada de Lang em *Metropolis* (baseada em Manhattan), mas pela crescente e ex-cêntrica aglomeração do subúrbio, shoppings e vias expressas, cobrindo uma vasta extensão territorial. A unidade básica urbana não é mais a rua medida em quarteirões, mas no *crescente corredor* medido em centenas de quilômetros quadrados. Essa cidade é simbolizada menos pelas linhas do horizonte, formado pelos icônicos arranha-céus, do que por redes de super-vias cuja lógica pode ser melhor entendida quando vista do ar ou, cada vez mais, pelas redes digitais invisíveis que demandam novas formas de mapeamento.

* No Brasil publicado como *A Cidade Superexposta* In: “O Espaço Crítico”; São Paulo: Editora 34, 199

Cidades sem centros

Como nota Sassen (1991: 13): “As cidades proveram historicamente sociedades, economias e políticas nacionais com algo que podemos chamar de centralidade”. De igual importância para a dimensão das novas conurbações, é sua falta de centros identificáveis. Mumford (1973: 45) destacou essa tendência mais de meio século atrás, adotando uma linguagem que, em breve, seria popularizada por McLuhan:

Vivemos, de fato, em um universo explodindo de invenções mecânicas e eletrônicas [...]. Essa explosão tecnológica produziu uma explosão similar da própria cidade: ela se abriu e dispersou seus complexos órgãos sobre toda a paisagem. O recipiente urbano envolto em muros não foi simplesmente aberto: ele foi também amplamente desmagnetizado, com o resultado de que estamos presenciando uma espécie de devolução do poder urbano a um estado de aleatoriedade e imprevisibilidade.

A “explosão tecnológica” representa uma reversão da lógica histórica para o urbanismo. Para Fishman (1994: 389): “À nova cidade [...] falta o que moldou e deu sentido a toda forma urbana do passado: um único centro dominante e fronteiras definíveis”. O resultado é algo a que ainda falta um nome reconhecível. Fishman (1994: 400) argumenta: “Nem urbana, nem rural, nem suburbana, mas, possuindo elementos dos três, a nova cidade foge de todas as terminologias convencionais do planejador urbano e do historiador”. De modo similar, Ferrarotti (1994: 463) argumenta: “Estamos indo em direção a um *continuum* urbano-rural [...] Aqui, a cidade é privada de seu centro de atração natural, seu núcleo”. Sorkin (1993: xi) menciona “a emergência de um tipo totalmente novo de cidade, uma cidade sem nenhum lugar atrelado a ela”, o que ele chama de “cidade ageográfica”.¹⁵ Soja (2000, 2002: 95) usa o termo “pós-metrópole” e também “*exopolis*” para descrever a nova paisagem urbana, “para enfatizar suas ambiguidades oximóricas, sua não *cityness* tão característica da própria cidade-plena-de-não-cidadicidade”. Rem Koolhaas (2004: 161, 166) resume a transformação com o termo *junk space*:

Junkspace é o que sobra depois da modernização tomar seu rumo ou, mais precisamente, o que coagula enquanto o modernismo está em progresso, suas más consequências. A modernização tinha um programa racional: compartilhar

universalmente as bênçãos da ciência. *Junkspace* é sua apoteose ou sua fusão. *Junkspace* finge unir quando na verdade estilhaça. Ele não cria comunidades de interesses em comum ou de livres associações, mas de estatísticas idênticas e demografias inevitáveis [...]. Cada homem, mulher e criança é individualmente alvejada, rastreada e separada do resto.

A perda do centro urbano não é total.¹⁶ Mas claramente gerou o que Boyer (1999: 138) chama de uma “crise” da representação urbana, quando o que Lynch (1960) chamou de “cidade legível” torna-se crescentemente ilegível. Virilio (1991a: 30) põe sucessivos limites a essa crescente ilegibilidade urbana, na medida em que a cidade perde sua coerência histórica, funções produtivas e, finalmente, o espaço geográfico no qual o urbanismo foi afirmado.

Com a decadência da centralidade e axialidade urbana, os pontos de referência simbólicos e históricos se vão primeiro. Depois, quando o aparato industrial e os monumentos perdem os seus significados, as referências arquitetônicas desaparecem. Mais decisivamente, o falecimento das categorizações e distribuições da dimensão física conduz à perda dos pontos geométricos de referência.

O golpe final nos paradigmas espaciais da arquitetura clássica e do urbanismo se trata do deslocamento do “espaço real, contínuo e homogêneo herdado da geometria clássica”, em direção ao que Virilio (1991a: 35) chama de “relatividade de um espaço acidental, descontínuo e heterogêneo” da mídia eletrônica. Nesse contexto, Virilio (1991a: 30) argumenta que nós fomos forçados a “encontrar outros meios eletrônicos de avaliar o tempo e o espaço que não têm nada em comum com os sistemas métricos do passado.” Infelizmente, na prática, Virilio tendeu a ignorar esta tarefa, preferindo interpretar a transformação do espaço urbano majoritariamente em termos de perda e desorientação. A retórica da “aniquilação do tempo e do espaço” torna-se seu suporte léxico.¹⁷ Mas a exaustão da geometria clássica ou da arquitetura humanista não pode ser igualada ao fim do espaço e do tempo. Ao invés de continuar lamentando uma perda absoluta, estou interessado em explorar novas formas de conceituar o espaço-tempo da experiência social e o agenciamento em um contexto no qual as antigas fronteiras dos territórios e das mídias estão em fluxo.

Espaço Relacional

A inclinação em direção a formas de conhecimento e sentido estatísticos e probabilísticos, que emergiu em meados do século XIX, consolidou-se na elaboração explícita da cibernética na Segunda Guerra Mundial. Por volta dos anos de 1960, máquinas eletrônicas de processamento de informações começavam a mudar tanto as práticas de trabalho quanto a organização social, a tal ponto que futurologistas como Daniel Bell (1968: 4) viam os computadores em rede como um elemento chave do pós-industrialismo. O novo nexos entre tecnologia, produção econômica e relações sociais também inspiraram as visões futuristas da Archigram sobre residências baseadas na informação e cidades plugadas (*plug-in cities*)¹⁸ Se, como argumentam Mumford (1973) e Kittler (1996), há uma aceção na qual a cidade sempre foi um *medium*, o entrelaçamento do espaço urbano com redes interativas de alta velocidade, todavia, constitui uma mudança crítica na experiência urbana. O cruzamento da tecnologia digital com o terreno urbano produziu uma nova série de pressões com trajetórias tanto centrípetas quanto centrífugas. De um lado, as redes digitais promoveram a dispersão das atividades econômicas através do espaço geográfico, em uma escala cada vez mais global, enquanto, do outro lado, elas também produziram concentrações cada vez maiores de poder, quando centros de comando e controle para a economia global são consolidados nas relativamente poucas “cidades globais”.¹⁹ Essas trajetórias, cada vez mais, interpenetram-se e modelam o contexto da vida pessoal. Como aponta Sussman (1997: 36), enquanto muitas pessoas comuns, particularmente nas cidades mais ricas, têm mais “oportunidades para associações à distância” do que tinham seus pais, a mesma estrutura tecnológica “ajudou a normalizar um grau de separação industrial, comercial, social e familiar que era desconhecida das gerações mais antigas”. As consequências para os menos abastados são ainda mais severas. Como argumentou Nikos Papastergiadis (2000), o movimento transfronteiriço de pessoas em face à pobreza, a degradação ambiental ou a guerra tornaram-se características definidoras do presente.

A combinação paradoxal de dispersão e concentração surgidas a partir da crescente importância das redes de informação e comunicação para a organização econômica, social e política, manifestada na abolição simultânea da distância e na inscrição de novas formas de distanciamento e exclusão, acentuou a preocupação em relação ao deslocamento, cada vez maior, do 'lugar' do 'espaço'. Castells (1989: 6) definiu, de forma influente, a “cidade informacional” em termos de “emergência de um *espaço de fluxos* que domina os espaços dos lugares construídos historicamente”. Apesar do seu uso de “dominação”, Castells reconhece claramente que os fluxos informacionais não simplesmente obliteram o espaço geográfico e urbano existente, mas estão articulados com eles de formas complexas. Sassen (1991) enfatiza, do mesmo modo, que enquanto os processos econômicos transfronteiriços nos levam a uma “separação parcial” do estado-nação em favor da ascensão de outras unidades e escalas de organização como a cidade e as regiões, a infraestrutura de informação e comunicação subjacente a tais fluxos é, ela mesma, localizada materialmente.

Esta ênfase forneceu um corretivo útil tanto à tendência a uma celebração excessiva, como a um lamento em relação ao “ciberespaço”, por este deslocar o espaço social 'real'.²⁰ Agora que tal hipérbole sobreviveu ao *boom* do mercado da internet, é cada vez mais reconhecido -até por aqueles que já profetizaram a substituição de tijolos por bites- que ao invés da “aniquilação do espaço e do tempo”, estamos experienciando a emergência de um novo conjunto espacial. Esta nova conjunção de mídia e arquitetura foi descrita muitas vezes em termos de “realidade aumentada”, “realidade mista”, “espaço aumentado” e “realidade estérea” -descrições que buscam enfatizar os regimes espaciais heterogêneos do que chamo de 'cidade midiática'.²¹ Enquanto definições como “cidade informacional” ou “cidade digital” são mais consolidadas, acredito que a expressão 'cidade midiática' seja mais útil para abranger tanto a dimensão histórica da relação entre a mídia e o espaço urbano moderno, como para conectar essa história com as mudanças promovidas pela convergência digital no presente.

Na medida em que as mídias se tornam cada vez mais móveis, mensuráveis e interativas, o novo modo de experiência social na cidade midiática é caracterizado pelo que chamo de *espaço relacional*. Gostaria que esse conceito tivesse um peso particular aqui.

Certamente, há um sentido no qual o espaçamento -a separação das coisas- sempre implica uma relação. De qualquer modo, por espaço relacional, estou me referindo à condição contemporânea na qual o horizonte das relações sociais tornaram-se radicalmente abertos. Como Lash (2002a: 16) coloca: “Nas formas de vida tecnológicas, os sistemas que eram mais ou menos fechados, meu corpo, o corpo social, tornam-se constelações mais ou menos abertas”. Esta abertura traz consigo uma nova liberdade para construir relações sociais através do espaço e do tempo. O reverso dessa liberdade é que ela não pode ser recusada. Como argumentou Beck (1994: 46), ao definir a “modernidade reflexiva” que caracteriza a sociedade de risco, o seu enigma é que o sujeito reflexivo não pode se recusar a escolher.²² A contingência aumentada e a fluidez do espaço na cidade midiática são manifestações desta condição. O espaço relacional caracteriza a experiência espacial da “modernidade reflexiva”, na medida em que a natureza predeterminada do espaço social e os contornos das subjetividades tidos como garantidos são, cada vez mais, deixados de lado em prol da ambivalência das configurações espaciais móveis e escolhas individuais efêmeras.

A abertura do espaço relacional foi mais comumente definida em termos meramente negativos, que enfocavam o que havia sido perdido quando o espaço social foi despojado de suas qualidades inerentes, como dimensões estáveis, aparências persistentes e significados seguros. Se tal despojamento tem um elemento produtivo, resumido pela “destruição criativa” identificada por Marx como a força progressiva do capitalismo, ele pode muito facilmente apontar para o que Harvey (1990: 105) chama de “criação destrutiva”, na qual a tradição e o território são nivelados em nome do mercado total, ao invés de se refazerem em formas mais inclusivas e democráticas. Ainda assim, a resistência ao fundamentalismo do mercado não pode mais apelar simplesmente para noções clássicas de estabilidade espacial com formas duradouras e fronteiras seguras, à maneira de estruturas para identidades supostamente homogêneas. Se o processo de desincorporação da tradição e de desterritorialização da localidade, que caracterizam a modernidade, criou as condições para que o espaço fosse experienciado, cada vez mais, como deslocável, variável e contingente, as políticas contemporâneas devem partir das possibilidades produzidas por este dinamismo instável. Como argumenta Beck (1994: 11-12):

Em um sentido político e existencial, a questão fundamental e a decisão que aparece aqui são: a nova incalculabilidade manufaturada e a desordem serão opostas

conforme o modelo de controle instrumental racional, isto é, através do recurso à antiga sociedade industrial (mais tecnologia, mercado, governo e assim por diante)? Ou é uma reavaliação ou um novo modo de agir que começa aqui, o qual aceita e reafirma a ambivalência -com vastas consequências para todas as áreas de ação social?

As primeiras citações teóricas sobre a relatividade espacial no sentido moderno apareceram com as equações de Maxwell para o campo teórico da eletromagnética, publicadas em 1864. As consequências espaciais do campo teórico foram estendidas e finalmente consolidadas pela teoria da relatividade de Einstein, em 1905, que confirmou a quebra com o universo cartesiano e newtoniano em favor de uma percepção radicalmente diferenciada do tempo e do espaço, irrevogavelmente dependente do plano de referência do observador. No entanto, enquanto a relatividade tornou-se uma marca da teoria e prática de vanguarda no início do século XX, mais notavelmente nas artes visuais com a quebra de inspiração Cubista com a perspectiva geométrica, é somente com o intenso desenvolvimento das mídias e tecnologias da comunicação, na segunda metade do século, que o espaço relacional tornou-se dominante nas experiências cotidianas. Essa mudança da construção teórica abstrata para a condição dominante do espaço social se dá em função da crescente primazia assumida pela velocidade tecnológica. Como nos lembra Virilio (1995: 141), a velocidade é uma consequência da relação entre fenômenos diferentes. O espaço relacional é a condição do espaço social modelado pela experiência simultânea de velocidades radicalmente diversas: a sobreposição do que Virilio (1995: 144) chamou de velocidade “metabólica” do corpo, velocidade mecânica relativa dos veículos e a velocidade da luz “absoluta” das mídias e tecnologias de comunicação. O espaço relacional vem à tona quando a primazia, outrora dada à estabilidade dos objetos materiais, é re-emoldurada pelas relações variáveis estabelecidas entre velocidades distintas. A esse respeito, a velocidade da luz das mídias eletrônicas é crítica. Se o espaço relacional foi primeiramente conceituado a partir do “perceptivismo” radical proposto por Nietzsche, em 1887 -o fato de que todo fenômeno deve ser observado de algum lugar-, ele vem à tona quando a extensão da lógica em rede demanda o reconhecimento de que todo ponto de observação está *conectado* a inúmeros outros. O espaço relacional é o espaço social criado pelo imperativo contemporâneo de estabelecer 'ativamente' relações sociais de acordo com a sua demanda, através de dimensões heterogêneas, nas quais o global é inextricavelmente imbricado com o estar face-a-face. É

uma condição definida pela crescente demanda do reconhecimento da posição única de cada ator social e do contexto situado de todas as experiências, acoplada ao reconhecimento simultâneo de que o contexto esquiva-se de definições exaustivas ou de “saturação”, como posto por Derrida (1982).

A cidade midiática atinge uma massa crítica quando o espaço relacional começa a emergir como um dominante cultural. Uma vez que este espaço não pode ser entendido por atributos essenciais ou qualidades inerentes e estáveis, ele assume importância principalmente através das interconexões estabelecidas entre os diferentes nós e setores. Tais conexões são caracterizadas, acima de tudo, pela sua variabilidade e efemeridade. Como argumenta Lash (2002a: 106), vínculos sociais mais antigos baseados na proximidade espacial são substituídos por vínculos comunicacionais que estão 'à distância' -tanto a comunicação à distância, como pessoas vindas de uma distância para uma interação cara-a-cara. Os vínculos comunicacionais exibem durações e velocidades diferentes em relação a formas mais antigas de laços sociais, firmados na proximidade espacial: nos termos de Lash, eles são breves, intensos, descontínuos, e não mais governados por uma continuidade narrativa.²³ Portanto, enquanto certas conexões podem perdurar ao longo do tempo ou mesmo assumir um sentido de permanência relativa, o contexto geral é de crescente realinhamentos rápidos e voláteis.

O aumento da volatilidade tornou-se, de modo crescente, um fator operante no exercício do poder. Nos termos de Deleuze (1992), os 'moldes' espaciais fixos e estáveis da sociedade disciplinar deram lugar aos processos contínuos de modulação digital. Para Klitter (1996: 726), a perda de hierarquias espaciais estáveis, como aquelas que outrora definiram a noção do 'capital', significa que o poder político frequentemente surge em uma “tangente menos óbvia”. O exercício do poder pode ser menos uma questão de ocupar um centro espacial tradicional, como a praça de uma cidade, do que criar avaliações táticas das possibilidades comunicacionais.

O poder, portanto, significa ocupar, no momento certo, os canais para o processamento de dados tecnológicos. E torna-se, principalmente, uma variável dependente das funções midiáticas, e não vice-versa.

O espaço relacional é caracterizado pela frustração ou complicação de todas as relações simples ou diretas entre 'dentro' e 'fora'. Ao mesmo tempo que isso corresponde ao que Deleuze (1992) descreveu como um ataque geral aos sistemas estabelecidos de clausura, essa tendência em direção às constelações mais abertas não é caracterizada por uma simples expansão da 'liberdade'. Na prática, o espaço social contemporâneo também manifesta o que o coletivo arquitetônico Multiplicity (2005: 173) descreve como “uma proliferação dos limites, muros, cercas, limiares, áreas sinalizadas, sistemas de segurança e pontos de inspeção, fronteiras virtuais, zonas especializadas, áreas protegidas sob controle”. A porosidade dos limites em alguns níveis tem sido contraposta por novas formas de fricção e pela proliferação de novos mecanismos de policiamento e controle das fronteiras para os outros.

Enquanto o espaço relacional é frequentemente experienciado como contingente, a versatilidade das redes e conexões significa que elas também podem ser criadas em um espaço de pertencimento -um 'lar'. A reconfiguração do 'lar' na modernidade é produto tanto da perda de coordenadas estáveis, como da invenção de novas continuidades e novos processos de afiliação cultural através de domínios interligados. Mais uma vez, é importante enfatizar as tendências ambivalentes e contraditórias de tal processo. Como argumenta Guattari (1984: 36), “quanto mais o capitalismo segue sua tendência de 'de-codificar' e 'des-territorializar', mais ele procura despertar ou re-despertar territorialidades artificiais e codificações residuais contrariando, assim, sua própria tendência”.²⁴ Não há uma 'perda de centro' absoluta ou final nas tendências desterritorializantes da modernidade. Novos 'centros' podem ser -e são- formados. No entanto, falta a tais centros a aura da permanência que os integrava no passado. Ao contrário, agora cada 'centro' tem que ser situado em relação a -e legitimado contra- muitos outros. Essa condição impulsionou uma nostalgia de uma *perda de centro* geral, transformando-a em um tema recorrente. Derrida (2002: 79-80) nota o modo que a mídia global alimenta um desejo de estar em casa:

Hoje estamos testemunhando uma expropriação, desterritorialização, deslocalização e desassociação do político e do global tão radicais, que a resposta, ou melhor, a reação, torna-se: eu quero estar *em casa*, eu quero finalmente estar no meu lar, comigo mesmo, perto dos meus amigos e da minha família. [...] Quanto mais poderosa e violenta a expropriação tecnológica, a deslocalização, mais poderoso é, naturalmente, o recurso do “estar em casa”, o retorno em direção ao lar.

Enquanto a desterritorialização pode produzir respostas nostálgicas e provincianas, é também a condição para repensar as relações sociais e afiliações culturais em torno de padrões mais complexos que o modelo permitido de Estado-nação. O espaço relacional é, necessariamente, mais *orientado pelo outro* na medida em que o 'aqui' se torna aberto e poroso. Como posto por Giddens (1991: 96-97):

Um mundo no qual ninguém está “fora” é um mundo onde as tradições pré-existentes não podem evitar o contato com outras, tampouco com diversos modos alternativos de vida. Por isso mesmo, é um mundo onde o “outro” não pode ser tratado como inerte. O ponto não é somente que o outro “responda de volta”, mas que a interrogação mútua é possível.

Se o otimismo de Giddens demanda qualificação, sua análise destaca o novo contexto social criado pela “comunicação eletrônica global instantânea” na qual toda situação é, cada vez mais, experienciada como carente de um presença plena sendo, ao contrário, condicionada pela pressão flutuante e descontínua de “um outro lugar” generalizado. O espaço relacional é o espaço inundado de experiências de estranhamento, de duplicação e deslocamento, assim que as pulsões dos eventos em outros espaços interrompem e recontextualizam a experiência imediata.

Da discussão precedente, deveria estar evidente que o conceito de espaço relacional não tem como premissa a elevação do espaço sobre o tempo ou vice-versa. Antes, o espaço relacional expande o reconhecimento moderno da inextricabilidade do tempo e do espaço para pôr em primeiro plano a existência de temporalidades heterogêneas que coexistem, atravessam-se e se sobrepõem. Neste sentido, não é apenas o “espaço dos fluxos” mas também o *ritmo dos fluxos* que é crítico para as mudanças políticas e relativas ao poder no presente. Como nota Lash (2002b: 58-59), “existe uma forma de habitar algo como um ambiente informacional. E como ela funciona quando não é de todo uma experiência de choque ou mera operacionalidade? Eu diria que ela tem que se organizar de forma diferente”. Aprender a habitar *diferentemente* espaços mediados é tanto uma questão de velocidade como uma questão de propriedade ou conteúdo. Demanda a criação de ecologias midiáticas com a função de sustentar uma gama muito mais variada de velocidades informacionais que o atual imperativo de respostas instantâneas permite.

Ao invés de opor o espaço ao tempo, o modo mais produtivo de entender as *cronopolíticas* de Virilio é em termos de um novo sentido de simultaneidade que inspira o espaço relacional. Como aponta Nowotny (1994), a experiência de simultaneidade emergiu no início do século XX com o crescimento das mídias eletrônicas. Mas é somente com a mídia ubíqua em 'tempo real' que a simultaneidade global torna-se culturalmente dominante. Como nota Latour (2005: 40), um efeito da nova simultaneidade é que as hierarquias temporais da modernidade colonial tornam-se insustentáveis: “*tudo se torna contemporâneo*”. Quando tudo é contemporâneo as contradições não podem mais ser deslocadas para uma suposta lentidão, hesitação ou atraso da periferia de acordo com a lógica do progresso histórico. Ao contrário, as contradições são forçadas a coexistirem e colidirem ativamente umas com as outras. Latour argumenta que essa nova situação demanda um novo conjunto de questões políticas em torno das políticas de co-habitação.

Se todas as demais contradições evidentes da globalização contemporânea, dominada por uma agenda econômica neoliberal, estão se tornando suscetíveis a novas correntes políticas, há uma urgente necessidade de articulação para novas formas de coletividade social e interação coletiva. Esta é, sem dúvida, uma tarefa difícil. Ela demanda modos de pensar e agir coletivamente e, ao mesmo tempo, respeitar múltiplos níveis de diferença. Ela demanda o reconhecimento da singularidade dos indivíduos sem exacerbar tendências prevaletentes em direção à atomização social e ao solipsismo. Ela demanda a articulação de uma nova base para projetos coletivos e a constituição de novos espaços públicos, no momento histórico no qual a coletividade tem que se expandir para além da geografia de fronteiras nacionais. A extensão do que Papastergiadis (2005) chama de redes e grupos colaborativos, transversalmente às antigas fronteiras geográficas e culturais, e seus aprofundamentos para incluir novas formas de diálogo e cooperação é uma manifestação vital do papel que as mídias podem representar na determinação de ambientes espaciais e agenciamento social. Se o espaço relacional nasce do entendimento moderno de que as localidades espaciais não podem mais ser consideradas como recipientes inertes, a cidade midiática contemporânea é o meio no qual o agenciamento social torna-se definido rotineiramente pelas reações de outros locais e outras velocidades. Na *abertura* radical do espaço relacional podemos sentir os direcionamentos ambíguos que hoje afetam a falta de atratividade dos nossos lares, a urbanidade das nossas cidades e as nossas próprias identidades.

- i O anúncio foi feito para a US Telecom MCI, e as palavras ditas pela estrela mirim Anna Paquim; Multiplicity, 2005: 169.
- ii Tecnologia de Processamento Digital de luz (DLP, na sigla em inglês) da Texas Instruments, originalmente desenvolvida para projeções em salas de cinema, tornou-se a plataforma dominante para as projeções de vídeo privadas. Ver McQuire, 2004.
- iii Uma vez que a ‘natureza’ não é mais oposta à ‘cultura’, mas subsumida nesta, as duas esferas cada vez mais se fundem em uma tecno-natureza ou tecno-cultura. Beck (1994: 27) posiciona esta mudança como a porta de entrada para uma “sociedade do risco”: “A abstração da natureza leva à sociedade industrial. A integração da natureza à sociedade nos leva além da sociedade industrial”.
- iv O termo ‘ciborgue’, uma contração de ‘cybernetic organism’ [organismo cibernético], foi cunhada por Clynes e Kline (1960: 27) em 1960, sob a influência do trabalho de Norbert Wiener (1948) sobre cibernética. Ver McQuire, 2006.
- v Não pretendo sugerir que o limiar digital ‘causou’ a crise da autoridade fotográfica; mas sim que intensificou questões, que já haviam sido amplamente articuladas na teoria da fotográfica, especialmente em instituições com alto investimento em evidência fotográfica, como organizações de notícias e a polícia.
- vi Como Sean Cubitt (2004: 9-10) aponta, experiências sublimes tendem a existir fora do âmbito da história, do tempo e do social. A tecnologia havia sido relacionada ao sublime por Marx (1965) e, mais recentemente, Nye (1994), Carey (1989) e Mosco (2004).
- vii O exemplo de Benjamin, nos anos 1930, é sugestivo, quando ele se baseou vagamente em Freud para criar seu conceito de “inconsciente ótico”, como um meio de teorizar a relação, então em transformação, entre imagens tecnológicas e experiência urbana. Ver capítulo 3 de McQuire (2008), *Media City*.
- 8 É importante notar que estas fases são sobrepostas, ao invés de lineares, e que cada etapa assume apenas uma permanência relativa. Estruturas espaço-temporais, consideradas como ambientes sociais para uma forma particular de vida, não são transformadas do dia para a noite conforme a alta velocidade das vicissitudes da moda. Elas não são, tampouco, imutáveis. O declínio do que Gurvitch (1964) chamou de “tempo durável” como uma força social reguladora é, ele mesmo, um índice chave para a diferença dos entendimentos contemporâneos do espaço e do tempo em relação àqueles sustentados por sociedades mais antigas.
- 9 Ver *Relativity: The Special e General Theory. A Popular Exposition* (1920) no qual Einstein faz diversas referências à viagem de trem como modo de conceitualizar as estruturas de referências espaço-temporais diferenciais para explicar a teoria da relatividade para leitores sem conhecimento avançado de teorias matemáticas e físicas.
- 1 0 Koolhass *et al* (2001: 2-7) notam que das 33 megalópoles com populações de 8 milhões de habitantes ou mais previstas para existir até 2015, 27 serão em países menos desenvolvidos. A única cidade “rica” que continuará entre as 10 maiores em termos populacionais será Tóquio.
- 1 1 Em uma carta de 1938 a Horkheimer, Benjamin (1994: 401) acrescenta: “a multidão é o último e mais insondável labirinto dentro do labirinto da cidade. A multidão e o *flanêur* serão discutidos adiante no capítulo 2.”
- 1 2 Este tema será elaborado no capítulo 3 do livro *Media City* (2008), do qual foi extraído o presente artigo.
- 1 3 Apesar deste padrão dizer mais respeito a cidades construídas em um modelo estadunidense com uma arranha-céu central nuclear, ele também é aplicável a cidades européias “modernizadas”.
- 1 4 Como pontua Fishman (1994: 401), as recompensas não eram igualmente divididas: o grupo mais bem servido deste modelo de cidade era a classe média que “aproveitava todos os benefícios econômicos da grande cidade enquanto viviam na sua borda, em um ambiente tranquilo, arborizado e livre da fumaça”
- 1 5 Sorkin (1992: xii) complementa: “Tanto como ágora, castelo, *piazza* ou *downtown*, a ideia de uma cidade de centros apoia, no mínimo, a ideia de uma cidade espacial, uma cidade na qual a ordem é uma função de proximidade.” No que diz respeito à “cidade ageográfica” ele conclui: “De fato, a estrutura desta cidade é bem parecida com a da televisão”.
- 1 6 Sassen (1991) aponta que os contatos face-a-face continuam a ter um papel vital nos negócios, reforçando a emergência de “cidades globais” que exercitam funções de comando e controle na economia mundial. Contudo, a prosperidade da cidade nuclear está em uma base muito mais estreita que anteriormente,

com o declínio da dominância do varejo e a perda de emprego corporativo para *back offices* dispersos, provendo funções terceirizadas tais como computação e *call centers*. Ao contrário, o tradicional “centro da cidade” é cada vez mais definido pela sua função de alojar instituições culturais importantes, como museus, salas de concerto e galerias de arte. A posse dessa infraestrutura, que alimentou a recente onda de gentrificação da cidade, tornou-se sujeito de uma competição nacional e internacional.

1 7 Ver McQuire, 1999.

1 8 Ver o capítulo 4 do livro *Media City* (2008)

1 9 Sassen (1991: 24) nota: “A globalização econômica e as novas TIC contribuíram para produzir uma espacialidade urbana que gira em torno de redes transfronteiriças e localidades territoriais com concentração massiva de recursos. Esta não é uma característica completamente nova. Através dos séculos, as cidades estiveram em cruzamentos de processos importantes, muitas vezes mundialmente. O que hoje é diferente é a intensidade, complexidade e o alcance global destas redes, a dimensão na qual proporções significantes das economias estão agora desmaterializadas e digitalizadas e, conseqüentemente, a dimensão na qual elas podem viajar em alta velocidade por entre algumas destas redes, assim como o número de cidades que fazem parte de redes transfronteiriças operando em vastas escalas geográficas.”

2 0 A retórica do “ciberespaço” é discutida capítulos 4 e 5 do livro *Media City* (2008).

2 1 Ver, por exemplo, Azuma 1997, Benford et al 1999, Ranaulo 2001, Manovich 2006.

2 2 Beck, Giddens e Lash (1994) usaram o conceito de modernidade reflexiva para periodizar uma mudança de uma modernidade “simples” para uma modernidade “completa” na segunda metade do século XX. No entanto, enquanto Beck enfatiza que a “sociedade de risco” demanda respostas de sujeitos que, não tendo chance a não ser escolher, são reduzidos a meras reações “reflexivas”; Giddens oferece um retrato mais otimista do agenciamento individual aumentado, emergindo como relações pessoais totalmente “des-tradicionalizadas”. O argumento de Lash, que trata a flexibilidade como um presente ambíguo, é mais útil para os meus propósitos, na medida em que ele argumenta que não são as estruturas sociais que sustentam a modernidade reflexiva, mas uma “trama articulada de redes locais e globais de *estruturas de informação e comunicação*” (1994: 121)

2 3 Lash (2002a: 75) faz uso do contraste benjaminiano entre o “contar histórias” e a “informação”, argumentando: “As relações sociais em si mesmas estão tornando-se menos uma questão de sociabilidade do que de informacionalidade.”

2 4 Lash (2002a: 205) argumenta, similarmente, a necessidade de entender a sociedade dos “fluxos” dialeticamente: “Esses fluxos ganham hegemonia na grande “desterritorialização” das estruturas e instituições. Mas não há nunca a pura indiferença dos fluxos. Os fluxos desterritorializados acabam se 'solidificando' em um grupo de novas re-territorializações, algumas das quais tornam-se infraestruturas para os próprios fluxos.”